

# MERCADO DE TRABALHO RURAL CEARENSE: EVOLUÇÃO RECENTE A PARTIR DOS DADOS DA PNAD

*RURAL LABOUR MARKET OF CEARÁ: RECENT DEVELOPMENT BASED IN PNAD'S DATA*

Christiane Luci Bezerra Alves<sup>1</sup>  
Evânio Mascarenhas Paulo<sup>2</sup>

## RESUMO

O artigo procura fundamentar discussões acerca das transformações dos espaços rurais no Ceará, com foco nas mudanças no perfil dos trabalhadores, buscando compreender o cenário em que o mercado de trabalho rural encontra-se inserido. Elabora-se um quadro referente à pluriatividade nos espaços rurais, como o desenvolvimento de ocupações não agrícolas nesse meio, seguido de uma síntese dos principais componentes do perfil do trabalhador. Os dados provêm da PNAD/IBGE, referentes a 2004 e 2008. A pesquisa aponta indícios de um entrelaçamento dos espaços urbanos e rurais, trazendo alterações nas relações campo-cidade. Essas refletem-se sobre as relações de trabalho, dando aos trabalhadores rurais novas formas de obtenção de renda. No tocante às características dos trabalhadores, verifica-se alto número de trabalhadores concentrados nas faixas de menor remuneração, sendo sua maioria de baixa instrução com idade avançada. Constatou-se, também, que persiste na agricultura cearense a presença de trabalhadores juvenis.

**Palavras-Chave:** Economia cearense. Agropecuária. Trabalho rural.

## ABSTRACT

The article attempts to base discussions about transformation of Ceará's rural areas, with focus on changes into profile of workers, seeking to understand the scenario in which the rural labor market is inserted. It elaborates a framework relating to the new activities in rural areas, the development of non-agricultural occupations in this environment, followed by a summary of the main components of the profile of the worker. The data are from PNAD / IBGE, for the years 2004 and 2008. The research shows evidence of an intermingling of urban and rural areas, bringing changes in rural-urban relations. These are reflected on the working relationship, giving workers new ways to raise rural income. Concerning the characteristics of workers, there is high number of workers concentrated in lower pay bands, and mostly of low education with advanced age. It was found also that agriculture continues to have a strong presence of youth workforce.

**Keywords:** Economics of Ceará. Agriculture. Rural work.

## 1. INTRODUÇÃO

Os anos 1970 na economia nacional foram marcados por diversas transformações na estrutura produtiva, que envolveram desde a consolidação da matriz industrial brasileira, com os fortes investimentos na indústria de bens intermediários e de capital, até o cenário de choques externos e de esgotamento do Processo de Substituição de Importações (PSI), do final da década. O modelo de desenvolvimento do período, apoiado numa estratégia de crescimento com “inflação e endividamento”, promoveu alterações na base produtiva que

---

<sup>1</sup> Mestre em Economia pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB; Professora Adjunta do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri – URCA; e-mail: chrisluci@gmail.com.

<sup>2</sup> Professor do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri (URCA); e-mail: evanio\_paulo@hotmail.com.

passaram a contemplar também fortes modificações na base agrícola, no processo conhecido como “modernização conservadora”, envolvendo modificações na base técnica e nas relações sociais de produção. O setor primário assumiu, então, uma estrutura diversificada e heterogênea, complexa e multideterminada, constituída por diferentes complexos agroindustriais (CAIs) (SILVA, 1998).

As inovações tecnológicas, características dessa fase, trouxeram consigo um conjunto de transformações que foram além da mecanização, através da incorporação de inovações biológicas que favoreceram o desenvolvimento genético de novas variedades de culturas agrícolas. Essas transformações se refletiram nos significativos ganhos de produtividade da cadeia agroindustrial (ORTEGA, GARLIPP e JESUS, 2004). Assim, a intensificação da mecanização impôs fortes ajustes no mercado de trabalho, a partir de significativa ampliação do desemprego agrícola. Os impactos negativos sobre o emprego foram em parte atenuados pela expansão do emprego industrial, com a consolidação das etapas superiores do PSI.

Nos anos 1980, a crise fiscal do Estado, refletida na incapacidade do mesmo de formular políticas de desenvolvimento e, conseqüentemente, políticas setoriais, teve rebatimentos no ajuste estrutural experimentado pelo setor industrial, que perdeu a capacidade tradicional de absorção de mão de obra liberada pelo setor agrícola. Os ajustes sofridos no mercado de trabalho foram sentidos de forma mais intensa a partir da reestruturação industrial brasileira dos anos 1990, como resposta às mudanças institucionais fruto da implementação do receituário de orientação neoliberal (desregulamentação dos mercados, privatizações, liberalização comercial e financeira). As acomodações no emprego incorporaram também as mudanças no perfil do emprego urbano, com as exigências de maior qualificação, limitando as possibilidades de absorção da mão de obra do campo (NASCIMENTO *et al.* 2007).

Os produtores rurais foram particularmente afetados pelas políticas macroeconômicas da década, que impuseram fortes restrições ao crédito agrícola, e combinadas à política de juros do governo limitaram as possibilidades de investimentos necessárias ao ganho de competitividade do setor. A abertura comercial influenciou, ainda, na queda generalizada no preço das *commodities* agrícolas.

Nesse cenário de alterações estruturais, o desenvolvimento da “atividade agropecuária ocorreu a partir de três eixos principais: incorporação do progresso técnico, mudanças na gestão da força de trabalho e articulação com outros segmentos” (MOREIRA, 2003, p. 4), sendo, portanto, significativas as transformações no padrão de acumulação e organização do espaço rural. Na esteira dessas modificações, o aumento da complexidade do mundo rural aparece como um fenômeno econômico consolidado, deixando o campo de ser espaço exclusivo do trabalho agropecuário. A consolidação dos CAIs permitiu um estreitamento da relação campo-cidade, aumentando a complexidade da interação de atividades agrícolas, industriais e de serviços e os espaços rurais passaram a acomodar uma diversidade de atividades não agrícolas.

É importante enfatizar que tanto os desdobramentos do processo de modernização agrícola (nas décadas de 1980 e 1990), como a melhor capacidade de adaptação dos grandes empreendimentos às transformações estruturais dos anos 1990, “ampliam as diferenças entre o grande estabelecimento e a pequena propriedade” (PRONI, 2010, p. 137). Porém, na nova teia de relações ditada pela própria dinâmica capitalista, como destaca Moreira (2003), a pequena produção rural persiste, sendo “recriada” através de novas articulações com as atividades industriais.

Nos anos 2000, fatores como a reversão nas condições restritivas do crédito rural e o aumento ininterrupto do preço das *commodities* no mercado mundial, refletiram-se num padrão mais diversificado e em expressivas taxas de expansão do valor bruto da produção agropecuária; vale ressaltar, ainda, a melhora em termos de qualificação da mão de obra e o aumento considerável da produtividade (PRONI, 2010, p. 138-139).

Dada a multiplicidade das novas determinações observadas no espaço agrário, que se reflete em mudanças na estrutura ocupacional e de modo geral, nas formas de inserção no mercado de trabalho rural, este artigo objetiva a descrição das características e fenômenos da economia rural cearense, em especial do mercado de trabalho rural.

Há que se destacar o cenário que caracteriza a economia local, marcada, há pelo menos duas décadas por uma estratégia de crescimento econômico baseada no uso intensivo de incentivos fiscais e financeiros para atração de investimentos industriais<sup>3</sup> e programas modestos de promoção do desenvolvimento do meio rural, que garantiram uma dinâmica consistente de crescimento do produto e emprego industrial. Para o setor agrícola estadual, os programas implementados tinham como objetivo a ênfase na consolidação de agropólos e agronegócios, como forma de propiciar o aumento da renda, produtividade e competitividade no meio rural.

A despeito das prioridades oferecidas à política industrial, estudos mostram que no ano de 2008 “cerca de um terço da economia estadual depende do setor agropecuário e de suas conexões” (GUILHOTO, AZZONI, ICHIHARA, 2009, p. 19). Nessa economia, “o complexo formado pela agricultura familiar, que inclui a produção das lavouras e criações administradas pela gerência familiar e dos setores que se relacionam com essas atividades rurais, representa cerca de 12% da economia do Ceará, tendo chegado ao percentual de 15% em 2003” (GUILHOTO, AZZONI, ICHIHARA, 2009, p. 24).

## 2. ASPECTOS METODOLÓGICOS

O estudo é de natureza analítico-descritiva, pois tem como propósito a descrição das características e fenômenos da economia rural cearense, em especial do mercado de trabalho rural, por meio de observações, análises e descrições dos elementos responsáveis pelo desempenho recente da agricultura cearense, no período de 2004 a 2008, buscando traçar um perfil atual dos trabalhadores rurais cearenses.

Os dados utilizados no estudo provêm da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – microdados fornecidos em meio digital - referentes ao ano de 2004 e 2008, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A amostra foi expandida utilizando como fator de expansão o peso relativo da pessoa, fornecido pela PNAD, que investiga diversas características socioeconômicas da sociedade como educação, trabalho, rendimento, dentre outras. Trata-se de uma amostra dos domicílios brasileiros abrangendo todas as regiões do país, incluindo áreas rurais. Para extração da amostra e processamento dos microdados utilizou-se o software *Stata SE*.

---

<sup>3</sup> Os chamados FDI, Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI-PROVIN, pós 1989) possibilitaram ao Estado o estabelecimento de incentivos, sob a forma de empréstimos, utilizando como base o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS (VASCONCELOS, ALMEIDA e SILVA, 1999), revertidos como capital de giro, destinado principalmente às empresas que se instalassem ou que resolvessem se modernizar, ampliar e realocar suas plantas industriais no Ceará.

Para as atividades selecionadas, os dados referem-se ao trabalho<sup>4</sup> único ou principal que as pessoas de 10 anos ou mais de idade tinham na semana de referência da pesquisa, normalmente a última ou a penúltima do mês de setembro.

Os dados da PNAD, no entanto, devem ser analisados com cautela, tendo em vista que se trata de pesquisa por amostra domiciliar. Além disso, seu caráter autodeclaratório pode distorcer algumas estatísticas, em virtude do fato de que as respostas ficam a critério do autoconhecimento dos entrevistados.

Conforme Balsadi (2007, p. 416), a classificação da situação do domicílio (urbana ou rural) é feita segundo a área de localização do mesmo e tem por base a legislação vigente por ocasião da realização das pesquisas em 2004 e 2008. Legalmente, a agregação oficial dos dados em urbano e rural segue o que é definido pelos próprios municípios. Como situação urbana, consideram-se as áreas correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) e às áreas urbanas não urbanizadas. A situação rural abrange toda a área situada fora desses limites. Este critério também é utilizado na classificação das populações em urbana e rural.

Adota-se, nessa pesquisa, o conceito de População Economicamente Ativa fornecido por IBGE (2008), que consiste no agregado das pessoas ocupadas e desocupadas, no período de referência especificado. Sendo que a população economicamente ativa rural é aquela formada pelas pessoas ocupadas e desocupadas no período de referência especificado, residentes em áreas rurais.

Foram classificadas como ocupadas no período de referência as pessoas que tinham trabalho (ver nota de rodapé 5) durante todo ou parte desse período. Incluíram-se, ainda, como ocupadas as pessoas que não exerceram o trabalho remunerado que tinham no período especificado, por motivo de férias, licença, greve etc.

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A formulação de estratégias desenvolvimentistas, públicas ou privadas, bem como o planejamento de novos investimentos, encontra-se ligada ao fornecimento de informações que possam auxiliar nesses processos. De modo que o conhecimento da realidade dos diversos segmentos da economia contribui enormemente para o progresso dos mesmos.

As agroindústrias, por terem um importante papel no desenvolvimento econômico e social, devido às suas características de propagação sobre os demais segmentos da economia, seja como consumidoras de implementos agrícolas, seja como fornecedoras de matérias primas ou produtos acabados, e ainda como importantes absorvedoras de mão de obra, desempenham uma função fundamental no padrão de bem-estar da sociedade.

---

<sup>4</sup> Na PNAD, considera-se trabalho em atividade econômica o exercício de: a) ocupação remunerada em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas etc.) na produção de bens e serviços; b) ocupação sem remuneração na produção de bens e serviços, desenvolvida durante pelo menos uma hora na semana (em ajuda a membro da unidade domiciliar que tivesse trabalho como conta própria, empregador ou empregado na produção de bens primários, que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca e piscicultura; como aprendiz ou estagiário ou em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo); c) ocupação desenvolvida, durante pelo menos uma hora na semana, na produção de bens do ramo que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, para a própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar (BALSADI, 2007, p. 416).

A importância de atividades do agrupamento agrícola também se sobressai quando se considera seu desempenho nas contas com o exterior, contribuindo tanto como fonte de geração de divisas, como componente de equilíbrio das contas externas.

Particularmente no Ceará, nas últimas décadas, a agropecuária vem cedendo espaço para outras atividades, especialmente para a indústria (PAULO e ALVES, 2010). Não obstante, o agronegócio, prática de uma agricultura diferente da tradicional que introduz tecnologia na produção de culturas, ainda representa um importante papel na economia do Estado com empresas agroindustriais que se encontram entre as mais dinâmicas do país. Nesse sentido, o agronegócio representa um segmento produtivo de extrema importância para a economia cearense. Como os resultados da FIPE (2009) demonstram, cerca de um terço da economia estadual depende do setor agropecuário e de suas conexões.

O papel do agronegócio e de suas conexões também se sobressai na geração de emprego, além de contribuir com uma importante parcela do PIB estadual. Em 2008, aproximadamente um quarto da PEA estadual era absorvido pelo setor agropecuário cearense, isso sem considerar o emprego gerado pelas conexões desse setor com os demais. O segmento do agronegócio estadual representava 2,8% das empresas agroindustriais do país e 2,8% das ocupações agroindustriais. O número de empresas do segmento agropecuário se reduziu de 2004 para 2008, reflexos de ajustes na economia nacional e internacional, contribuindo para uma leve perda de participação no total de empresas do país. No entanto, o total de empregados em ocupações agropecuárias aumentou 20,5%, mais que o crescimento nacional de 18,6%, no período considerado (PAULO e ALVES, 2010).

Vale destacar que com o objetivo de incentivar a produção agrícola, o governo do Ceará lançou um grande programa de irrigação no final dos anos 1990. O impacto desse projeto foi sentido mais fortemente sobre a produção de frutas frescas. Conforme Exame (2008 p. 135), antes do projeto, o Ceará participava com apenas 1% das exportações brasileiras de frutas. Em 2008, foi responsável por 10% do total e a receita anual com as vendas de frutas ao exterior aumentou de 1,9 milhões para 70 milhões de dólares.

Nos últimos 30 anos houve uma profunda mudança no meio rural brasileiro. As alterações envolvem o aumento da produção, deslocamento espacial e ampliação de determinadas culturas e crescimento da produtividade. No entanto, é o aumento das atividades não-agrícolas entre os trabalhadores de domicílios rurais que mais chama a atenção dos pesquisadores devido aos elementos incorporados nessa mudança que dão novos significados às relações campo-cidade (BRASIL, 2007).

Um leque de pesquisadores tem promovido esforços na tentativa de analisar com maior profundidade essa segmentação entre o campo e a cidade, com o argumento de que as necessidades hoje impostas em termos de desenvolvimento humano não têm sido alcançadas pelos projetos concebidos a partir dessa dicotomia, como mostram Cordeiro Neto e Alves (2009). Estes autores recorrem a elementos do mercado de trabalho para explicar tal necessidade, visto que o mesmo se tornou uma espécie de espelho das transformações que ocorreram no meio rural, a partir da introdução de novas tecnologias poupadoras de mão de obra, sobre a perspectiva de redução dos custos e aumento da produtividade.

Seguindo os ciclos de transformações da agricultura, chega-se a diversos componentes que traduzem as mudanças nas atividades agrícolas e no meio rural como um todo. A análise além da ótica da produtividade aponta que as transformações da agricultura foram socialmente excludentes, provocaram a diminuição abrupta das populações rurais, foram ambientalmente prejudiciais aos ecossistemas naturais e que, apesar da elevação da

produção, parte considerável da população mundial, inclusive nos países onde a modernização tecnológica foi mais intensa, não conseguem sequer atingir os limites alimentares mínimos (SCHNEIDER e NAVARRO, 2006).

No entanto, um dos aspectos mais importantes das transformações nas atividades agrícolas e do meio rural, certamente, se refere às mudanças nas formas de ocupação e de emprego. Nesse sentido, diversos estudos apontam para o crescimento de atividades não agrícolas no ambiente rural, contribuindo com a noção de que o campo deixou de ser espaço exclusivo do trabalho agropecuário.

Desse modo, e considerando-se o fato das ocupações agrícolas diminuírem nos ambientes urbanos e das ocupações não agrícolas terem aumentado até mesmo no meio rural, percebe-se um claro processo de uma urbanização para além dos limites das cidades. Monte-Mór defende

[...] a tese de urbanização extensiva, caso brasileiro que trata de uma “urbanização que ocorreu para além das cidades e áreas urbanizadas, e que carregou com ela as condições urbano-industriais de produção (e reprodução) como também a práxis urbana e o sentido de modernidade e cidadania”. Assim, o urbano no mundo contemporâneo seria uma síntese da antiga dicotomia cidade-campo, um terceiro elemento na oposição dialética cidade-campo, a manifestação material e sócio-espacial da sociedade urbano-industrial contemporânea estendida, virtualmente, por todo o espaço social. (2006, *apud* CORDEIRO NETO e ALVES, 2009, p. 328)

Os dados apresentados a seguir, ilustram o caso cearense, em que se observa a expansão das ocupações não agrícolas, tanto entre as populações urbanas como rurais do Estado (20,7% e 9%, respectivamente). Verifica-se, ainda, que o emprego não agrícola cresce de maneira mais acentuada, inclusive no meio rural, do que as ocupações agrícolas (no meio urbano, crescimento de 20,7% da ocupação não agrícola, contra retração de 13,5% das ocupações agrícolas; no meio rural, 9% contra 4%, respectivamente). Isso mostra que no estado do Ceará, há sensível transformação no padrão de organização do espaço rural, potencializada por programas de desenvolvimento industrial, pois muito embora parte considerável (24%) da população permaneça morando em áreas rurais, sua ocupação principal não está diretamente relacionada à agricultura. Isso por que a expansão da oferta de emprego, especialmente industrial, induzida pelas políticas públicas estaduais, e suas conexões com um novo e dinâmico setor de serviços, amplia a possibilidade de trabalhadores rurais exercerem atividades em segmentos da economia que antes eram considerados exclusivamente urbanos. Desse modo, a migração industrial para o Ceará, um dos principais receptores de indústrias intensivas em trabalho, bem como a constituição de polos industriais, reforçando elos de arranjos produtivos locais em diversos segmentos, continua contribuindo para potencializar as transformações no padrão de organização dos espaços urbanos e rurais do Estado.

De forma geral, considerando a redução de 2% no emprego agrícola total e o crescimento de 20% nas ocupações não agrícolas totais, 72% das pessoas ocupadas no Estado, em 2008, exerciam atividades não agrícolas, número 4% maior que em 2004. Esse fato ressalta as transformações não só no espaço rural, mas em toda a economia do Estado e que não há coincidência entre o ambiente rural e ocupação nas atividades primárias, permitindo destacar duas importantes constatações sobre a organização da dinâmica rural do Ceará: a) que a expulsão dos trabalhadores rurais do campo em décadas anteriores não significou sua desvinculação das atividades agrícolas, já que, mesmo com uma redução de 13,5%, ainda é alto o número de ocupados agrícolas em domicílios urbanos (388.517 em

2008), e b) que o desenvolvimento de novos segmentos da economia absorve mão de obra do campo, sem, no entanto, obrigá-la a migrar para as cidades, conforme Tabela 1.

Tabela 1 – Ceará: População ocupada segundo condição de moradia e atividade

Zona	Pessoas		Taxa crescimento (%)
	2004	2008	
Urbana			
Ocupados	2.930.165	3.381.989	15,4
Agrícolas	449.253	388.517	-13,5
Não Agrícolas	2.480.912	2.993.472	20,7
Rural			
Ocupados	1.091.942	1.148.227	5,2
Agrícolas	838.816	872.355	4,0
Não Agrícolas	253.126	275.872	9,0
Total de ocupados	4.022.107	4.530.216	

Fonte: Microdados da PNAD/IBGE.

Proni (2010) aponta para o aumento no número de trabalhadores volantes e/ou sem terra, por conta da intensificação da mecanização da produção agrícola. Segundo o autor, esse fenômeno associa-se, em parte, ao aumento do processo de modernização tecnológica, além da falta de uma diretriz estratégica de apoio à agropecuária que fizeram com que pequenos proprietários, devido às dificuldades de acompanhar o desenvolvimento tecnológico, tivessem limitadas suas possibilidades de coexistência com os modernos Centros Agroindustriais. Paralelamente, conforme a Tabela 1, houve uma redução no agregado da população ocupada em atividades essencialmente agrícolas. Isso releva um quadro preocupante para a agropecuária cearense, pois, conforme Proni (2010), o processo de modernização tecnológica concentrou-se nas áreas mais capitalizadas do campo brasileiro, sendo assim, as ocupações agrícolas não se modificaram muito nas áreas mais pobres. Apesar disso, observa-se uma liberalização de mão de obra rural no Ceará, colocando a agropecuária como um reservatório de mão de obra.

Os desequilíbrios oriundos das pressões do processo de modernização/mecanização da agricultura sobre os empregos agrícolas rurais são atenuados, no campo, pela emergência dos setores não agrícolas que além de contribuírem com a expansão da oferta de emprego para os trabalhadores nesse meio, também, possuem efeitos de encadeamentos importantes sobre o próprio setor agrícola, contribuindo para garantir possibilidades de reinserção dos trabalhadores rurais liberados na agropecuária, por conta do quadro de transformações no meio rural em atividades agrícolas ou não agrícolas. Desse modo, os setores de prestação de serviços, indústria, comércio e reparação e construção são os que mais empregam mão de obra rural no Ceará, conforme Tabela 2.

As características desses setores, como a menor necessidade de qualificação, permitem que os trabalhadores rurais possam exercer atividades nesses segmentos. Grande parte dessas atividades, comparativamente às demais posições não agrícolas, é caracterizada, geralmente, por marcante precarização no mercado de trabalho; no entanto, esses indicadores parecem ser mais suaves do que o observado na maioria das ocupações agrícolas. Isso significa que o desenvolvimento de atividades não agrícolas no ambiente rural representa um salto, ainda que modesto, nas condições de trabalho da mão de obra rural.

Para Schneider e Navarro (2006), as mudanças atualmente em curso parecem indicar que o desenvolvimento social e econômico do mundo rural está passando por redefinições que apontam não apenas para a emergência de novas formas de obtenção de rendas para os agricultores e os habitantes do espaço rural, mas talvez até mesmo uma nova via para sua inserção na divisão social do trabalho.

Tabela 2 – Ceará: Distribuição dos ocupados rurais não-agrícolas segundo atividade econômica – 2008

Setor de ocupação	Total (pessoas)	%
Prestação de Serviços	92.415	33,5%
Indústrias	89.772	32,5%
Construção	22.031	8,0%
Comércio e reparação	45.150	16,4%
Administração pública	10.982	4,0%
Transporte, armazenagem e comunicação	11.357	4,1%
Outras ou mal definidas	4.165	1,5%
Total	275.872	100%

Fonte: Microdados da PNAD/IBGE.

Del Grossi (2001) identifica três elementos capazes de explicar esse novo padrão de organização do meio rural: a) com a modernização da agricultura e o conseqüente aumento da produtividade do trabalho no campo, houve uma redução acentuada da mão de obra ocupada nas atividades agrícolas. Além disso, o próprio responsável pela atividade agropecuária também passou a ter tempo ocioso, aproveitando-o para se dedicar a outras atividades (agrícolas e/ou não-agrícolas) fora da propriedade, em tempo parcial ou naqueles períodos do ano em que as atividades agrícolas na propriedade são menos intensas; b) a queda nos preços dos produtos agrícolas nas últimas três décadas do século XX, obrigando membros das famílias rurais a procurarem atividades alternativas como forma de manterem o nível de renda familiar e c) a oferta crescente de oportunidades de ocupações não agrícolas à população rural, que geralmente remuneram mais que a agricultura, e, portanto, exercem uma atratividade às pessoas que buscam melhorar o seu padrão de vida.

Essa nova e inusitada configuração do espaço rural, onde cresce o número de pessoas morando no campo<sup>5</sup>, mas exercendo atividades que antes eram típicas do urbano, tem reflexos diretos sobre várias características dos trabalhadores rurais como sua remuneração, escolaridade dentre outras.

Os dados apresentados a seguir mostram alguns dos componentes do mercado de trabalho no Ceará, como o crescimento da população ocupada residente em áreas rurais com carteira assinada, número que mais que dobrou nos quatro anos de intervalo da pesquisa. Num indício que a nova configuração do ambiente rural tende a contratar sua mão de obra de forma mais formalizada, seja em ocupações agrícolas ou não agrícolas. A formalização das relações de trabalho da mão de obra rural é uma das mais notáveis melhorias identificadas nos últimos anos. Esse processo de formalização está associado ao fenômeno de desenvolvimento das atividades não agrícolas no meio rural, pois as ocupações não agrícolas tendem a contratar de maneira mais formalizada, contribuindo para melhorar

<sup>5</sup> Segundo dados da PNAD/IBGE, a população residente em domicílios rurais no Ceará aumentou em 3,2% entre 2004 e 2008.



o nível de bem-estar dos trabalhadores no ambiente rural<sup>6</sup>. É importante notar que a realidade da formalização das relações contratuais da mão de obra no campo ainda está muito aquém daquelas que seriam consideradas ideais.

É notável o crescimento da população ocupada em áreas urbanas em relação à expansão das ocupações rurais, o que demonstra que mesmo com a possibilidade de inserção das populações rurais em atividades não agrícolas, a dinâmica do mercado de trabalho urbano é mais intensa que a do mercado rural. Como destaca Proni (2010), embora tenha havido um aumento na formalização do emprego rural, há um aspecto negativo nesse quadro, a presença do desemprego aberto, que embora não seja relativamente elevada, quando comparada com as áreas urbanas (6,2% no Ceará em 2008), essa taxa indica a presença de uma parcela de trabalhadores rurais que não conseguiu encontrar sequer um trabalho temporário e não estava acomodada em atividades não remuneradas ou de subsistência (ver Tabela 3).

Tabela 3– Ceará: População ocupada Agrícola segundo Situação na Ocupação e por condição domiciliar (2004 e 2008)

Situação na Ocupação	2004				2008			
	Urbano		Rural		Urbano		Rural	
Emp. c/ carteira	4.357	1,2%	4.575	0,6%	15.059	4,8%	11.290	1,3%
Emp. s/ carteira	76.230	20,3%	124.394	16,2%	55.140	17,7%	123.575	14,1%
Conta própria	137.183	36,5%	231.796	30,2%	114.842	36,9%	246.397	28,2%
Empregador	12.050	3,2%	17.861	2,3%	9.693	3,1%	18.035	2,1%
Trab. próprio consumo	61.422	16,4%	137.973	18,0%	70.378	22,6%	256.527	29,4%
Não remunerado	84.237	22,4%	249.672	32,6%	46.147	14,8%	218.100	25,0%
TOTAL	375.479	100,0%	766.271	100,0%	311.259	100,0%	873.924	100,0%

Fonte: Microdados da PNAD/IBGE.

Mesmo com o crescimento das ocupações no meio rural, a população sem ocupação continuou se expandindo, reflexo do crescimento total da população economicamente ativa. Porém, a população desocupada diminuiu nas áreas urbanas, por conta da maior dinamicidade do meio urbano, contribuindo para a redução no total de desocupados (Tabela 4).

Na dinâmica do mercado de trabalho, um dos movimentos mais importantes identificados na análise das condições do emprego rural é o fluxo de trabalhadores ocupados em atividades agrícolas para atividades não agrícolas, num ritmo relativamente rápido (Tabela 5). No intervalo em estudo, constata-se a significativa perda de participação da ocupação agrícola na população economicamente ativa do estado (30,4% em 2004 e 26% em 2008) em detrimento do ganho de importância de atividades não agrícolas (que passam de 66,5% para 71,3%).

<sup>6</sup> O conceito de formalidade, ou sua correspondente informalidade, não é um consenso entre os pesquisadores nacionais. No Brasil, a legislação trabalhista exige que todos os trabalhadores assalariados possuam uma carteira de trabalho assinada. Isso acabou por tornar o conceito de formalidade diretamente associado à posse ou não da carteira de trabalho assinada, conforme Ulyssea (2006).

Tabela 4 – Ceará: Indicadores do mercado de trabalho (2004 e 2008)

Anos	Zona	PIA	População economicamente ativa (PEA)			
			Total	População desocupada	População ocupada	
					Total	Empregados com carteira assinada
2004	Urbana	4.972.101	222.599	289.174	2.633.425	808.031
	Rural	1.474.762	1.029.857	11.909	1.017.948	47.196
	Total	6.446.863	3.952.456	301.083	3.651.373	855.227
2008	Urbana	5.476.081	3.285.912	252.528	3.033.384	1.006.648
	Rural	1.606.413	1.051.838	17.795	1.034.043	74.827
	Total	7.082.494	4.337.750	270.323	4.067.427	1.081.475

Fonte: Microdados da PNAD/IBGE.

Pode-se dizer que há uma redefinição na distribuição da PEA em favor das atividades ligadas à indústria e ao setor de serviços no Estado, setores que têm peso considerável na formação do PIB cearense, com destaque para a indústria incentivada pelas políticas públicas de atração de investimentos<sup>7</sup>. As tendências apontam para a emergência de novas formas de obtenção de rendas (essencialmente não-agrícolas), conforme pode ser depreendido da observação da Tabela 5.

Tabela 5 – Ceará: População economicamente ativa segundo ocupação na atividade principal (2004 e 2008)

Anos	Agrícola	Não-agrícola	Total
2004	1.133.088	2.480.409	3.613.497
	31,4%	68,6%	100,0%
2008	1.085.183	2.982.244	4.067.427
	26,7%	73,3%	100,0%

Fonte: Microdados da PNAD/IBGE.

Desse modo, e considerando as conclusões acerca dos dados da Tabela 1, constata-se que os trabalhadores rurais encontraram novas formas de se relacionarem com o ambiente econômico, através de suas ocupações. Isso confere ao campo uma pluriatividade, que conforme as palavras de Schneider e Navarro:

[...] Implica uma forma de gestão do trabalho doméstico que sempre inclui o trabalho agrícola, o que não quer dizer que essa atividade seja exclusiva ou mesmo a mais importante. Outras atividades podem ser assumidas com o objetivo de sustentar ou de dar suporte a atividade doméstica, ou ainda serem motivadas por considerações não relacionadas à agricultura. (2006, p. 103)

<sup>7</sup> Entre 2002 e 2006, a indústria contribuiu em média com 23% do PIB cearense, o setor de serviços teve sua participação em torno de 70% e a agropecuária, 7% (MADEIRA e ALVES, 2009).

Assim, a inclusão da pluriatividade<sup>8</sup> encontra-se ligada diretamente à incorporação de atividades não agrícolas dentro de ambientes que antes eram compreendidos exclusivamente como rurais e agrícolas.

Com os dados sobre a remuneração da mão de obra rural se tem uma noção do quadro elevado de pobreza e da desigual distribuição de renda entre a mão de obra no campo. Os dados chamam a atenção para a acentuada concentração dos ocupados nos menores grupos de rendimentos, corroborando a noção de que populações das áreas rurais são mais empobrecidas quando comparadas com os residentes em áreas urbanas. Isso demonstra que o ambiente urbano, ou pelo menos as ocupações ligadas a esse, representam para as populações rurais, mesmo com limitações, formas de melhoria no seu padrão de bem-estar.

Analisando-se a população rural ocupada, segundo grupo de rendimento domiciliar *per capita* (Tabela 6), percebe-se que essa decresce à medida que aumenta o nível de remuneração, sendo assim, os trabalhadores rurais tendem a se concentrar nos grupos de menor rendimento. Cerca de 95% da população rural ocupada do Ceará recebiam até um salário mínimo em 2004. Sendo que, em 2008, esse percentual cai para cerca de 91%. Entre a população rural não agrícola, esses números são mais suaves em relação às condições dos trabalhadores rurais agrícolas, pois muito embora haja um forte indicativo de precarização nos níveis de rendimento dos primeiros, esses ainda são menos gravosos em relação ao rendimento do trabalho agrícola. Outro ponto que merece destaque é o crescimento real dos salários<sup>9</sup>, contribuindo para melhorar as condições dos ocupados rurais.

Tabela 6 – Ceará: População ocupada rural segundo faixa de rendimento domiciliar per capita (2004 e 2008)

Faixa de rendimento domiciliar per capita	2004				2008			
	Agricultora		Não Agrícola		Agricultora		Não Agrícola	
	Fr. Abs	%	Fr. Abs	%	Fr. Abs	%	Fr. Abs	%
Até ¼ SM	321.635	42,6	69.572	29,2	282.921	37,2	58.720	22,9
Mais de ¼ até ½ SM	228.897	30,3	87.499	36,7	240.499	31,6	85.282	33,3
Mais de ½ até 1 SM	169.984	22,5	61.063	25,6	181.253	23,9	80.377	31,4
Mais de 1 até 2 SM	32.751	4,3	19.530	8,2	48.642	6,4	24.302	9,5
Mais de 2 até 3 SM	1.526	0,2	217	0,1	4.999	0,7	6.820	2,7
Mais de 3 até 5 SM	0	0,0	0	0,0	1.061	0,1	0	0,0
Mais de 5 SM	0	0,0	435	0,2	531	0,1	530	0,2
Total*	754.793	100,0	238.316	100,0	759.906	100,0	256.031	100,0

Fonte: Microdados da PNAD/IBGE.

Nota: (\*) Não se considerou a população ocupada sem rendimento e sem declaração.

De acordo com os dados obtidos na Tabela 3, que reúne informações sobre a situação na ocupação dos trabalhadores agrícolas, observa-se que a inserção de trabalhadores agrícolas em áreas urbanas significou uma mudança na relação de trabalho

<sup>8</sup> Para Proni (2010, p. 149), o aumento da pluriatividade entre a população rural implica “a combinação de duas ou mais atividades distintas em que pode variar a posição na ocupação”.

<sup>9</sup> Para a apuração dos rendimentos segundo as classes de salário mínimo, considerou-se o que vigorava no mês de referência (setembro). Logo R\$ 260,00 (duzentos e sessenta reais) em setembro de 2004 e R\$ 415,00 (quatrocentos e quinze reais) em setembro de 2008.

que os vincula à organização produtiva. Verifica-se que 21,5% (com apenas 1,2% com carteira assinada) dos trabalhadores agropecuários residentes na zona urbana eram trabalhadores assalariados em 2004. Note-se que essa taxa de participação é cerca de quatro pontos percentuais mais elevada do que a dos residentes na zona rural que ocupavam a mesma posição (16,8% assalariados e apenas 0,6% com carteira assinada). Em 2008, tem-se uma pequena elevação no número de trabalhadores agrícolas assalariados no meio urbano e uma pequena retração nos assalariados agrícolas no meio rural. O indicativo de melhora deve-se ao leve aumento da participação dos trabalhadores com carteira assinada, melhorando os níveis de formalização do trabalho agrícola (de 1,2% para 4,8% no meio urbano e de 0,6 para 1,3% no meio rural), porém, de maneira mais acentuada na zona urbana.

Ainda sobre os dados da Tabela 6, destaca-se a importância dos trabalhadores por conta própria nas atividades agropecuárias no Ceará, que embora seu número tenha se reduzido no campo, ainda mantém níveis elevados de participação na mão de obra agrícola do Ceará, junto com os trabalhadores para o próprio consumo.

Chama-se a atenção para o grande número de trabalhadores por conta própria, não remunerados e para subsistência (82,6% em 2008). Devido às condições de vulnerabilidade desses grupos e sua menor vinculação à terra, eles encontram-se mais propícios a se engajarem em atividade não agrícolas absorvedoras de mão de obra de menor qualificação.

A classificação da população ocupada rural, segundo os anos de estudo, é obtida em função da série e do nível ou grau que a pessoa estava frequentando ou havia frequentado, considerando a última série concluída com aprovação. As condições de instrução dos trabalhadores residentes de áreas rurais apresentam-se com uma nítida tendência de melhora, muito embora, os grupos com as menores faixas de instrução concentrem a maior parte da população ocupada rural do Ceará.

O trabalho rural não agrícola mostra uma tendência mais acentuada de melhoria dos níveis educacionais, que o trabalho agrícola, pois a concentração de trabalhadores na pior faixa de instrução cai de forma mais expressiva entre os primeiros, relativamente aos trabalhadores agrícolas. Isso ocorre a despeito da limitada demanda por qualificação presente na maior parte dos segmentos não agrícolas no Ceará, como é o caso da indústria calçadista que apresentou significativo ganho de participação na estrutura produtiva estadual em anos recentes.

Tabela 7 – Ceará: Distribuição percentual da população ocupada rural segundo nível de instrução por setor de atividade (2004 e 2008)

Nível de instrução	2004		2008	
	Agrícola	Não Agrícola	Agrícola	Não Agrícola
Sem instrução e menos de 1 ano	37,8%	23,6%	36,2%	15,2%
1 a 3 anos	27,2%	15,1%	21,8%	16,0%
4 a 7 anos	26,0%	30,9%	25,2%	26,4%
8 a 10 anos	5,9%	14,6%	11,1%	20,2%
11 a 14 anos	3,0%	14,1%	5,4%	19,1%
15 anos ou mais	0,0%	0,7%	0,2%	2,9%
Não determinado	0,1%	1,1%	0,1%	0,3%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Microdados da PNAD/IBGE.

A população com até sete anos de estudo, que em 2004 representava cerca de 95% da população ocupada rural agrícola, em 2008, reduziu-se para 76%. Já entre os ocupados rurais não agrícolas, esse percentual se reduziu de 70%, em 2004, para cerca de 58%, em 2008. Porém, esse movimento segue a mesma tendência verificada para outros trabalhadores dos demais setores da economia cearense.

Um fato fica evidente quando se descrevem os trabalhadores ocupados segundo condição de ocupação e idade, que é a presença de trabalhadores com 60 anos ou mais em atividades agrícolas, formando a faixa etária de maior proporção na população ocupada, percentual que passou de 16,8%, em 2004, para 19,1%, em 2008. Em atividades agrícolas, é comum os trabalhadores permanecerem em atividade mesmo após a aposentadoria, além do fato de que a inserção de pessoas de idade mais avançada no mercado de trabalho é menor, principalmente na indústria, setor de grande dinâmica no Ceará. O grupo de idade de 15 a 19 anos também se destaca na ocupação agrícola com a segunda maior participação, embora essa tenha se reduzido no período de estudo, caracterizando o rápido ingresso dessa população no mercado de trabalho (Tabela 8).

TABELA 8 – Ceará: Pessoas de 15 anos ao mais de idade ocupadas na semana de referência segundo condição de atividade (2004 e 2008)

Grupo de Idade	2004				2008			
	Agrícola		Não Agrícola		Agrícola		Não Agrícola	
	Fr. Abs	(%)	Fr. Abs	(%)	Fr. Abs	(%)	Fr. Abs	(%)
15 a 19 anos	151 692	14,30	216 714	8,90	101 614	10,00	227 464	7,80
20 a 24 anos	125 545	11,90	367 147	15,10	97 056	9,50	446 287	15,30
25 a 29 anos	97 424	9,20	369 758	15,20	86 293	8,50	428 415	14,60
30 a 34 anos	87 778	8,30	349 831	14,40	84 104	8,20	367 237	12,50
35 a 39 anos	77 327	7,30	315 439	12,90	99 166	9,70	347 183	11,90
40 a 44 anos	94 331	8,90	288 818	11,90	99 165	9,70	365 173	12,50
45 a 49 anos	81 512	7,70	183 257	7,50	87 352	8,60	280 494	9,60
50 a 54 anos	83 806	7,90	149 765	6,10	88 323	8,70	192 517	6,60
55 a 59 anos	80 577	7,60	93 281	3,80	82 563	8,10	132 316	4,50
60 anos ou mais	178 080	16,80	103 083	4,20	195 137	19,10	139 178	4,80
<b>TOTAL</b>	1 058 072	100,00	2 437 093	100,00	1 020 773	100,00	2 926 264	100,00

Fonte: Microdados da PNAD/IBGE.

As ocupações não agrícolas apresentam um caráter diferente em relação às atividades agrícolas, segundo grupo de idade. Enquanto essas têm nos grupos extremos sua maior participação, naquelas, esses grupos representam proporções relativamente pequenas, sendo que os grupos intermediários constituem a maior proporção.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo mostra que as atividades não agrícolas ganham cada vez mais espaço em áreas que antes eram compreendidas como sinônimo de essencialmente agrícolas,

conferindo uma nova dinâmica às relações campo-cidade. No entanto, é importante notar que isso não significa o desaparecimento das atividades agrícolas ou a perda da identidade rural, pois mesmo com um processo de urbanização extensiva em curso, as atividades agrícolas ainda apresentam uma notável dinâmica nos espaços rurais, com o crescimento do emprego agrícola nos mesmos.

O processo de expansão das ocupações, antes ditas exclusivamente urbanas, sobre os espaços rurais do Ceará, significa uma possibilidade para os trabalhadores residentes no campo de auferirem novas formas, principais ou complementares, de obtenção de renda essencialmente não agrícolas, conferindo às áreas rurais do Ceará um caráter de pluriatividade. Nesse quadro, os setores de prestação de serviços e a indústria aparecem como os que mais absorvem mão de obra rural, em postos que exigem pouca qualificação profissional.

A exposição dos trabalhadores rurais a essa nova condição contribui para alterar suas características historicamente apresentadas, onde se denotam indícios de melhoras, como aumento da formalização no campo. No entanto, percebe-se que ainda persiste o alto número de trabalhadores rurais concentrados nas menores faixas de remuneração, sendo a sua grande maioria de baixa instrução educacional e de idade avançada. Ressalta-se, na avaliação da população ocupada agrícola, o baixo nível de participação de trabalhadores assalariados com carteira, além de grande concentração de trabalhadores não remunerados e sem carteira, seja na zona rural ou urbana. Outro traço identificado na pesquisa foi a constatação que ainda persiste na agricultura cearense uma presença marcante de mão de obra infanto-juvenil. Demonstrando que tradicionais problemas, como o precarização do mercado de trabalho rural, ainda encontram lugar no ambiente não urbano do Ceará e, portanto, ainda precisam ser superados.

## REFERÊNCIAS

BALSADI, Otaviano Valentim. Qualidade do emprego na agricultura brasileira no período 2001-2004 e suas diferenciações por culturas. *Revista de Economia e Sociologia Rural*. Rio de Janeiro, vol. 45, nº 02, p. 409-444, abr/jun. 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. *PIB da agricultura familiar: Brasil - estados*. 1. ed. Brasília, 2007.

CORDEIRO NETO, José Raimundo; ALVES, Christiane Luci Bezerra. Ruralidade no vale do submédio São Francisco: observações a partir da evolução econômica do pólo Juazeiro-BA - Petrolina-PE. *Revista Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (IDEAS)*. Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 324-361, jul/dez. 2009.

DEL GROSSI, Mauro Eduardo. *A evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro, 1991-1995*. Campinas - SP: IE/Unicamp, 1999. (Tese de Doutorado).

FUNDAÇÃO ESTUDOS E PESQUISAS ECONÔMICAS – FIPE. *A participação da agricultura familiar no PIB do Ceará*. 1. ed. Fortaleza, 2009.

**EXAME**. Anuário 2008 – 2009. São Paulo: Abril, ano 41, n. 600, 06/ 2008.

GRAZIANO DA SILVA, José. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. 2 ed. Campinas: IE/UNICAMP, 1998.

GUILHOTO, Joaquim José M.; AZZONI, Carlos Roberto; ICHIHARA, Sílvio Massaru. *A participação da agricultura familiar no PIB do Ceará*. Fortaleza: Instituto Agropólos do Ceará, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*. Rio de Janeiro, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*. Rio de Janeiro, 2008.

MADEIRA, Soraia Araújo; ALVES, Christiane Luci Bezerra. *Estrutura e dinâmica do setor de serviços no Ceará nos anos de 1996 e 2006*. Relatório técnico-científico do Projeto de Iniciação Científica Voluntária/Economia. Crato: URCA, 2009.

MOREIRA, Ivan Targino. Emprego e remuneração na agricultura paraibana: uma visão do censo demográfico de 2000. *in: . WORKSHOP ESTUDOS EM TRABALHO – WET, 1., 2003, João Pessoa. Anais...* João Pessoa: UFPB, 2003.

NASCIMENTO, Carlos Alves do. *Evolução das Famílias Rurais no Brasil e Grandes Regiões: Pluriatividade e Trabalho Doméstico, 1992-1999*. Campinas: IE/UNICAMP. (Dissertação de Mestrado).

NASCIMENTO, Carlos Alves do; SOUTO, Irlene José Gonçalves; OLIVEIRA, Régis Borges; MENDES, Samantha Rezende. A qualidade do emprego rural no estado de Minas Gerais nos anos recentes, 2002 e 2004. CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL – SOBER, 45., 2007, Londrina. *Anais...* Londrina: SOBER, 2007.

ORTEGA, Antônio César; GARLIPP, Ana Alice D.; JESUS, Clésio M. de. Terceirização e emprego rural na agricultura do cerrado mineiro: os casos da mecanização no café e na cana de açúcar. *In: CAMPANHOLA, Clayton; SILVA, , José Graziano da (orgs). O novo rural brasileiro: novas atividades rurais*. 6. ed. Brasília: Embrapa, 2004.

PAULO, E. M.; ALVES, C. L. B. Evidências recentes sobre a evolução do trabalho rural cearense, 2004 e 2008. V Congresso Regional da Sociedade Brasileira de Economia – SOBER, 5., 2010 Administração e Sociologia Rural – SOBER. *Anais...* Crato: SOBER, 2010.

PRONI, Marcelo Weishaupt. Mapeamento do trabalho agrícola no Brasil. *In: MORETTO, A.; KREIN, José D.; POCHMANN, Márcio.; JÚNIOR MACAMBIRA (orgs). Economia, desenvolvimento regional e mercado de trabalho do Brasil*. 1. ed. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT/ Banco do Nordeste do Brasil/ Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Brasil – CESIT, 2010.

SCHNEIDER, Sergio; NAVARRO, Zander. Agricultura e Novas Formas de Ocupação na Meio Rural: um estudo sobre as tendências recentes. *Parcerias Estratégias*, Brasília, CGEE, n. 22, junho de 2006.

ULYSSEA, G. Informalidade no mercado de trabalho brasileiro: uma resenha da literatura. *Revista de Economia Política*, v.26 (4) p. 596-618. 2006.

VASCONCELOS, J. R. de; ALMEIDA, M. B. de; SILVA, A. B. da. *Ceará: Economia, Finanças Publicas e Investimentos nos Anos de 1986 – 1996*. Brasília: IPEA, texto para discussão nº 627, 1999.